

MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Ruth Corrêa Leite Cardoso

Introdução

Os estudos sobre os movimentos sociais na América Latina são frutos de uma conjuntura intelectual e política bastante específica. Desenvolvidos na década de 70, coincidem com o avanço do autoritarismo sobre vários de nossos países e sucedem os temas típicos dos anos 60: a marginalidade e a dependência.

A elaboração teórica destes temas marcou a contribuição intelectual latino-americana nesta época e colocou como problema as especificidades do processo de industrialização dos países em desenvolvimento. Entretanto, as inovações que estas teorias inegavelmente trouxeram terminaram por se esgotar na constante reformulação das mesmas questões. Por outro lado, as interpretações sobre as conseqüências políticas da industrialização excludente chocavam-se cada vez mais com a realidade. O explosivo comportamento das massas não só não se verificava como, pelo contrário, as periferias urbanas lutavam para serem reconhecidas pelo Estado.

Esta situação criou condições para novas propostas de investigações que valorizam os estudos de caso, através dos quais se pretendia qualificar e compreender estes novos comportamentos.

A desilusão com os esquemas globalizantes passou a alimentar a busca de explicações qualitativas para os novos problemas que se colocavam e que diziam respeito ao sistema de dominação e seu modo de operar. A progressiva rigidez da teoria marxista, tal como vinha sendo usada, abriu caminho para novas formas de investigação.

Devemos acrescentar que; nesse momento, as revisões do marxismo estavam despertando um grande interesse. Consumia-se avidamente Althusser e as releituras de Gramsci, procurando compatibilizar o marxismo com as ilusões, e depois com as desilusões de 1968.

Em suma, chegamos aos anos 70 com uma vocação para a pesquisa de campo, uma desconfiança das macroteorias disponíveis e uma perplexidade dos novos processos sociais que despertavam na América Latina e que, negando as previsões de crescente exclusão, apontavam para a necessidade de estudar a participação popular.

Nas cidades, onde o setor terciário inchado pela industrialização excludente, deveria levar a rupturas e explosões, assistia-se a uma intensificação da participação dos setores populares, através de novas formas de associacionismo. A periferia das metrópoles, apresentada como desenho vivo da segregação espacial, social e política, começava a se fazer presente reclamando direitos iguais e cidadania plena.

A partir desta conjuntura, multiplicam-se os estudos sobre movimentos sociais que, como é previsível, dialogam com a produção intelectual anterior e são herdeiros de muitas interpretações que condicionam o modo de tratar as novas questões em foco.

Analisando, agora, as investigações sobre os movimentos sociais na América Latina, percebemos facilmente que, se houve progresso quanto ao conhecimento desta nova realidade, existe também uma grande imprecisão conceitual e diferenças no modo de recortar o objeto de estudo.

Cabe, pois, um esforço analítico para compreender como foi construída esta noção de movimentos sociais urbanos e quais as referências metodológicas usadas nestas investigações.

Movimentos sociais urbanos: a construção de um objeto de pesquisa

Para tentar enfrentar este tema, vamos discutir algumas dimensões recorrentes na caracterização dos movimentos sociais que se interligam para compor este conceito. Este

recurso é necessário porque, nesta literatura, são excepcionais os estudos que procuram definir de modo claro o seu campo.

Os aspectos que recorrentemente estão associados para a caracterização dos movimentos sociais urbanos são:

a) Os movimentos urbanos são novos. Distinguem-se das formas tradicionais de atuar na política (partidos e sindicatos) e propõem formas específicas de participação porque afirmam novas identidades sociais.

b) Acentua-se seu caráter de resistência à dominação vigente, especialmente nos países submetidos a regimes autoritários. São, portanto, formas de luta que desafiam o Estado.

c) Como são novas é são anti-Estado, estas manifestações coletivas trazem para à cena política uma nova potencialidade de transformação das estruturas de dominação.

Vamos analisar com maior cuidado cada uma destas características.

1. Os movimentos sociais constituem novos atores

A grande novidade destes grupos é sua independência com relação aos políticos profissionais e aos partidos, bem como sua capacidade de expressar os desejos de base da sociedade. Associações de bairro, grupos de moradores, clube de mães, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ao se tornarem mais numerosos e atuantes, são vistos como formas autênticas de participação popular, onde a democracia interna garante, tanto a manifestação de uma vontade coletiva, quanto o confronto direto com as políticas públicas autoritárias.

Parte-se do pressuposto de que em nosso passado político a ausência da participação popular é uma tradição. Esta leitura um pouco apressada da história, que apresenta as camadas populares como permanentemente tuteladas, é certamente discutível. Entretanto, esta não é, no momento, a questão central. O que importa é ressaltar as conseqüências desta visão, que atribui aos movimentos sociais (como características constituintes do conceito) uma capacidade de construir identidades políticas (novos atores) e uma autonomia frente ao sistema político representativo, uma vez que expressa a manifestação espontânea das camadas populares.

Estes dois aspectos estão intimamente ligados e são definidos como opostos aos mecanismos clientelistas e populistas atribuídos à política tradicional.

O *novo* é o espontâneo que se opõe à manipulação, é a ação consciente que substitui a cooptação; garantindo a expressão dos verdadeiros interesses populares que ficavam sufocados pelos partidos e pelos políticos profissionais.

E fácil perceber que, nesta construção, as novidades são definidas por contraste e, com isto, em lugar de definir apenas classificamos dois campos distintos e opostos. E, se as classificações podem viabilizar a construção de um discurso mobilizador, são limitantes quando o objetivo é chegar a uma explicação.

De fato, os estudos sobre estes novos atores não questionam as inter-relações entre estes dois campos, uma vez que são definidos a partir de práticas apresentadas como incompatíveis.

Entretanto, continua a haver convivência entre estas formas de participação e a redemocratização de alguns países que viviam sob a dominação autoritária mostrou o quanto é complexa a relação entre partidos e movimentos sociais e . como esteve obscurecida.

A utilidade desta caracterização por contraste fica clara quando os autores colocam a questão da criação de novas identidades políticas.

O que fundamenta estas novas identidades é a experiência de vida comum que reúne o grupo e seu modo democrático de funcionamento que garante a autenticidade do grupo. Tratada deste modo, a formação de identidades novas parece produto apenas de vivência de carências comuns que explicitam, para todos os membros do grupo, uma mesma condição de dominação.

A falta de questionamento, quanto aos interlocutores a quem se dirige o discurso do grupo, faz perder o caráter relacional da noção de identidade. Retomando uma perspectiva culturalista, procura-se "valores culturais" comuns como suporte para a unidade do grupo e deixa-se de analisar sua prática reivindicativa que pode mostrar frente a que outros grupos são

definidas estas identidades. Mas este interesse pelos processos internos de construção dos grupos populares não chegou a aprofundar a análise das diferenças e conflitos que aí se manifestam.

A ênfase na construção da identidade reforçou a tendência classificatória que apenas opõe o "novo" ao "tradicional".

A primeira limitação deste procedimento aparece na falta de precisão com que se utiliza a noção de participação.

Revestida de um caráter moral, a participação tornou-se sinônimo de convivência igualitária e de contestação. Desde os movimentos libertários dos anos 60 (feminismo, anti-racismo, pacifismo etc.) que este significado ganhava espaço. Mas, é preciso não esquecer que a noção de participação se aplica ao conjunto de formas de manifestação da sociedade frente ao Estado. As ações reivindicativas dos grupos populares se colocam ao lado de outras formas de organizar interesses que permanecem e cumprem funções diferentes. Só abandonando o julgamento valorativo é que poderemos avançar na compreensão de temas tão atuais como o das relações entre movimentos e partidos ou sindicatos.

Como consequência desta postura:

a) existe uma substantivação da noção de identidade por sua redução à idéia de unidade de interesses, perdendo-se seu caráter relacional;

b) não foram consideradas as modificações ocorridas no aparelho de Estado e nas formas de manifestação da sociedade e, portanto, não houve qualquer reelaboração teórica do conceito de participação;

c) a redução do campo de investigação, que só observa os grupos reivindicativos, leva o investigador a tomar o discurso elaborado pelos movimentos como a descrição de sua ação. É difícil encontrar trabalhos que descrevam os conflitos ou debates existentes para definir suas táticas de ação.

A valorização deste tipo de ação coletiva paralisou a capacidade analítica, confundindo a observação participante com a opção ideológica. Voltaremos a este ponto mais adiante.

2. Os movimentos sociais como desafios ao Estado

Já vimos que os estudos sobre movimentos sociais aparecem em um momento em que as reformulações dos esquemas marxistas estavam sendo valorizadas. No campo do comportamento político estas revisões encontram toda sua força e, na Europa, se iniciava uma reflexão pioneira sobre os contextos políticos urbanos e os movimentos sociais. A contradição capital-trabalho alargou-se para conter a problemática das reivindicações urbanas e para acolher os movimentos sociais.

Estes autores influenciaram enormemente a América Latina e são constantemente citados em todos os trabalhos. Entretanto, este quadro teórico, amplamente compartilhado, nem sempre foi fiel aos seus inspiradores. Alguns pontos foram retomados, enquanto outros foram negligenciados nas análises. Entre os autores mais citados estão Castells e Lojkin, que analisam longamente as transformações do Estado contemporâneo caracterizando-o pela força do capital monopolista. Esta discussão não inspirou, entre os estudiosos dos movimentos sociais, uma análise mais cuidadosa das modificações das relações entre Estado e Sociedade em nossos países. O novo conceito de contradições urbanas foi transplantado sem maior crítica e o processo de centralização das decisões estatais, apresentado por aqueles autores como resultado da oligopolização, foi apresentado aqui assimilado ao centralismo autoritário e repressivo. Nos dois casos, constituem-se Estados fortes, mas os processos econômicos e as consequências sobre as políticas públicas são diferentes.

Como estas diferenças não foram analisadas, as investigações deixaram de lado a preocupação com o modo de funcionamento das agências públicas e sua relação com as clientelas a serem atendidas. E o Estado aparece como o inimigo dos movimentos, a cuja ação se atribui o poder de modificá-lo ou destruí-lo. Estas interpretações parecem convincentes

porque, sob regimes autoritários, em todas as manifestações da sociedade civil, aparecem estratégias discursivas que procuram deslegitimar o regime, o que, entretanto, não significa deslegitimar o Estado.

Mas não é apenas no desinteresse pela análise do Estado que os estudos latino-americanos se diferenciam dos europeus. Outro aspecto importante diz respeito ao estreitamento do conceito de movimentos urbanos que passa a ser usado quase exclusivamente para qualificar os grupos populares reivindicativos. Deixa-se de lado as mobilizações mais amplas que procuram implantar na América Latina as lutas feministas, ecológicas, anti-racistas ou de defesa do patrimônio urbano. Desde o primeiro livro de Castells sobre esta temática, — *Les Zuttés urbaines* (1975) — que encontramos lado a lado o estudo de movimentos ecológicos e de favelados, e ainda que procure diferenciá-los, indica que fazem parte do mesmo campo teórico. E esta postura reaparece em seu último trabalho — *The city and the grassroots*. Mas seus discípulos operaram uma distinção entre estas lutas, distinguindo e privilegiando as reivindicações que podiam ser identificadas como das classes populares. Os temas que, por sua natureza, supõem uma mobilização interclassista foram tratados à parte e até mesmo a partir de outros esquemas explicativos.

Este recorte permitia lidar com os grupos populares como expressões de manifestações de classe e alimentava a esperança de transformações que eles poderiam significar. Usando teorias que revêem o lugar do proletariado como agente revolucionário; atribui-se, sem maior exame, uma potencialidade revolucionária aos movimentos urbanos.

Certamente ainda existe controvérsia quanto à avaliação dos resultados e da significação política destes movimentos. Podemos distinguir uma linha de trabalhos interessados em descrever a autonomia dos grupos populares frente ao Estado e as novas formas de convivência e consciência política que geram, enquanto outros autores situam sua discussão em um plano mais geral e fazem perguntas sobre a eficácia destes movimentos. Estes últimos se vêem obrigados a discutir o caráter fragmentado e pontual das demandas e procuram definir, no plano teórico, o alcance desta nova pressão sobre o Estado. Neste ponto, como a reflexão não inclui os movimentos interclassistas, a atribuição de um caráter de classe às reivindicações vindas da periferia urbana parece fácil. Mas, se procurarmos ir além das aparências, surgem novos problemas.

Em primeiro lugar, este conceito de classes populares não tem apoio para ser definido com mais rigor. A dificuldade se deve, em parte, ao abandono da discussão sobre o Estado de bem estar social que, se aprofundado, poderia abrir caminho para a compreensão do jogo político que opõe os interesses dos assalariados em geral aos do Estado oligopolista. Mas, para qualificar esta nova sociedade, seria preciso estudar a estrutura de classes dos países dependentes a partir de novos parâmetros. A maneira pouco precisa com que se usa a designação classes populares ou grupos dominados, remete mais aos mecanismos de exclusão econômica e política descritos pela teoria da marginalidade, que as contribuições que pretendem analisar a extensão do Estado e suas relações com os usuários de seus serviços.

Mas, apesar de pouco precisa, esta caracterização dos movimentos como populares permite, quase por analogia, assimilá-los às lutas de classe reafirmando seu caráter de luta contra o Estado.

Esta analogia é tentadora quando se estuda movimentos que ocorrem sob regimes autoritários e repressivos, que pouca margem deixavam para a atuação de órgãos ou partidos classistas. Os movimentos populares apareciam como seus substitutos, enquanto que os movimentos libertários eram apresentados como seus competidores.

Podemos agora passar para o terceiro aspecto que assinalamos no início, e que é quase uma consequência destes recortes que estivemos descrevendo.

3. Os movimentos sociais e a transformação das estruturas de dominação

Considerados como novos atores do cenário político, estes movimentos são apresentados como fontes de transformações da sociedade e de mudanças profundas na estrutura de dominação vigente. Organizados a partir de novas identidades sociais, ultrapassam o quadro institucional vigente, exigindo o reconhecimento de categorias excluídas do jogo político e são, portanto, instrumentos de modificação deste jogo.

Entretanto, só poderão cumprir este papel se for possível sua unificação e a superação das ações típicas e fragmentadas. Neste esforço, muitos autores aproximam os movimentos urbanos dos movimentos proletários. Eles aparecem como as mil faces do povo oprimido que, em algum momento, deve mostrar sua unidade. Mas, empiricamente, só encontramos demonstrações dos obstáculos a esta união e da competição entre os grupos mobilizados. Mesmo nos poucos exemplos onde existem ações conjuntas, elas não têm continuidade e não criam novas organizações.

Alguns grupos de esquerda e os intelectuais formulam este discurso unitarista que o desenvolvimento concreto das ações desmente. A prática descompassada das lutas urbanas desilude, com frequência, os que esperam dela a contestação mas que, repetindo com os grupos populares — "e a luta continua..." — renovam a esperança que este aprendizado político leve ao limiar de uma nova etapa.

Tal dedução supõe um movimento de alargamento da consciência política que acompanha a passagem de um nível inferior para outro superior de organização.

Os quebra-quebras são considerados "momentos elementares do processo de formação da consciência das classes populares", enquanto "as mobilizações e assembléias dos bairros indicam um avanço nos níveis de consciência e de organização da população na construção de uma real prática democrática" (Jacobi; 1980, p. 26)

O que chama atenção no emprego de frases como as transcritas acima é que em nenhum momento se explica o que seria esse *parâmetro*, com relação ao qual se pode falar em formas mais ou menos elementares, em avanços e recuos da consciência

Este modelo, que permite alocar diferentes manifestações políticas em um *continuum* ou hierarquizá-las em níveis, pode chegar a assumir uma forma extrema: a de um evolucionismo sem disfarce, que constrói conexões imaginárias entre uma forma e outra. Um bom exemplo disto é o seguinte trecho: "*Os movimentos reivindicativos urbanos apresentam vários estágios de desenvolvimento, indo de simples reivindicações locais, espontâneas ou burocratizadas, até formas desenvolvidas de lutas, utilizando-se de mecanismos de pressão de massas. Quando um movimento atinge um estágio mais desenvolvido, ele normalmente encontra-se articulado a formas de lutas mais gerais das sociedades, tais como os partidos, e constituem movimentos sociais urbanos propriamente ditos. As formas mais desenvolvidas apresentam ou se baseiam em um projeto mais geral da sociedade e superam a visão localista das reivindicações parciais. É preciso analisar os movimentos sociais urbanos como um processo dinâmico e não em termos de uma visão por etapas. Isto significa que mesmo os movimentos que se encontram em um estágio pouco desenvolvido, formas ainda não maduras, eles já contêm os germes da negação do sistema (dados pelas contradições presentes), e gestam práticas nas quais existe um apelo à democracia e novas formas de relações sociais. Ou seja, eles imprimem um sentido novo às atuais relações sociais existentes*" (Gohn, 1983, p. 264-65).

Apesar da advertência da autora quanto às limitações da "visão por etapas", sua interpretação toma como base a hierarquização dos movimentos, a partir dos menos desenvolvidos, até chegar aos mais plenos. Os primeiros estão associados a uma visão localista e os últimos a uma visão mais geral da sociedade.

Note-se ainda que os partidos estão associados aos estágios superiores, ou seja, o que é descrito como condição para a transformação radical da sociedade está assimilado ao nível superior e todas as outras formas de participação e reivindicação estão ordenadas em escalas descendentes.

Que se trata de um pensamento evolucionista não há dúvida, pois todas as etapas são consideradas como estágios diferentes da mesma coisa. Todas elas contêm, em graus variados, elementos de "negação do sistema" que não são explicitados. A linguagem é evolucionista: "germes" e "gestação" são associados às primeiras etapas, enquanto as últimas seriam "formas maduras". Cabe, portanto, a crítica feita por Boas (1949) ao pensamento evolucionista na Antropologia. Nela ficou evidente que é arbitrário construir escalas ou linhas de desenvolvimento até que se prove que todos os diferentes fenômenos postos em relação têm a mesma origem, e que seguem o mesmo processo histórico. Isto porque, aparentes analogias podem resultar de percursos diversos. A partir desta crítica, conclui-se que não são os fenômenos singulares que devem ser comparados, mas sim os processos.

Este importante passo metodológico, contudo, não parece ter sido seguido pelos estudiosos dos movimentos sociais. Entre os estudos conhecidos não há nenhum que mostre, através de dados históricos, que o curso normal de desenvolvimento das formas de participação política vai do local para o geral, das formas mais "espontâneas" para as mais organizadas, das manifestações na esfera da reprodução para aquelas na esfera da produção, dos movimentos reivindicativos para os partidos.

Não há, também, estudos que demonstrem que todos os processos de "desenvolvimento" dos movimentos sociais seguem a mesma direção e produzem resultados semelhantes.

A construção dessas escalas (e portanto o modelo teórico que as viabiliza) obscurece a descrição das atividades concretas dos grupos mobilizados, porque suas ações são sempre apresentadas através desta ordenação classificatória. São pouco ou nada mencionados, nesses trabalhos, aspectos como o desenrolar do processo de negociação com as instâncias governamentais, os mecanismos internos de formação de opinião, os conflitos quanto às táticas de ação etc. O resultado é uma homogeneização de todas as manifestações da vontade popular, o que dificulta a análise das diferenças, das derrotas, das táticas vitoriosas e das distintas formas de mobilização.

Estes movimentos só formam uma unidade quando os olhamos de fora e procuramos as semelhanças. Se priorizarmos suas diferenças, deixam de formar um objeto uniforme para mostrarem sua fragmentação. Como consequência, a atribuição de uma potencialidade revolucionária aos movimentos urbanos é mais a expressão de um desejo utópico dos analistas, que o resultado da observação sistemática.

Diversidade dos movimentos populares

A falta de questionamento sobre o alcance político dos movimentos faz com que seu caráter descontínuo seja sempre apresentado como uma limitação a ser superada. Como já indicamos ou um novo partido ou outras organizações são propostas como utopias que resolveriam esta fragmentação das ações tópicas e locais.

As reordenações institucionais, ocorridas nos processos de redemocratização, que viabilizaram o pluripartidarismo e a renovação da prática sindical permitem repensar esta questão por outros ângulos. Por toda parte fala-se em reflexo dos movimentos mas faltam análises sobre as causas deste fenômeno.

Se olharmos melhor para as estratégias que desenvolvem para reivindicar, seremos levados a considerar os modos distintos pelos quais se dirigem às agências públicas e também as reações diversas que as suas demandas provocam.

São muitos os indícios de que o enfrentamento entre o Estado e os grupos organizados passam por caminhos diversificados. Não se pode esperar que a negociação de favelados que reivindicam a posse da terra passe pelos mesmos caminhos que a demanda por água encanada, transporte coletivo ou creches. Os favelados estão reivindicando um direito não reconhecido pela lei (mesmo quando é reconhecido como direito social) e que precisa ser concedido pelo Estado. Frequentemente estas lutas são vistas como as mais avançadas, em termos de efeitos

políticos, justamente porque questionam a propriedade da terra. Entretanto, um olhar menos apaixonado e mais analítico, que se debruce sobre os estudos de invasões de terra ou de resistências em favelas, não encontrará, com facilidade, a confirmação para estas hipóteses.

Estas são mobilizações bastante significativas porque reúnem os mais excluídos dos benefícios urbanos, mas é preciso também considerar que são os mais vulneráveis. São amplos os mecanismos repressivos de que dispõe o Estado frente a estes movimentos e, por isso mesmo, eles podem estar entre as manifestações mais vigorosas, mas também estão entre os mais dependentes das conjunturas políticas locais. O espaço reconhecido para estas demandas varia de acordo com o equilíbrio de forças e as orientações políticas governamentais (Collier, 1976).

Cada contexto determinará os caminhos da negociação e incluirá possibilidades e bloqueios específicos, que dependem das alianças vistas como possíveis tanto para os favelados, quanto para os poderes constituídos.

Castells, partindo de considerações semelhantes a estas, em seu estudo comparativo das invasões de terra no Peru, Chile e México, aponta para, a falta de autonomia destes movimentos frente ao sistema político e conclui: *"A principal razão para a dependência dos favelados com relação ao sistema político parece ser a vulnerabilidade de seu status como habitantes urbanos... Favelados são os cidadãos-hóspedes ('guestcitizens') das metrópoles latino-americanas, como os imigrantes estrangeiros são os cidadãos-hóspedes das economias capitalistas avançadas"* (Castells, 1983).

Tal, consideração nos indica o porquê da força e da fragilidade específica destes movimentos. Importa menos a natureza revolucionária da demanda (contestação da propriedade) e mais o processo pelo qual se apresenta e se impõe a interlocução com as agências públicas encarregadas da formulação de políticas habitacionais. O estudo de Santos (1981) sobre a reurbanização da favela Braz de Pina é exemplar. Mostra a dinâmica interna do movimento e a interação dos diversos personagens envolvidos na disputa, as sucessivas alianças e a força da agência do Estado nestas negociações.

Já os movimentos que lutam pela legalização dos terrenos clandestinos, apesar da reivindicação ser, em tese, a mesma — posse da terra —, têm que usar outros recursos. Lutam dentro do quadro legal instituído, exigindo um direito reconhecido. Por isso mesmo, apesar da semelhança da demanda, estes dois tipos de movimentos mantêm entre si uma distância prudente.

Ao valorizar os processos de negociação que envolvem as organizações populares, nos tornamos mais sensíveis para registrar os debates internos sobre as diferentes estratégias a seguir. Este aspecto é quase sempre negligenciado, uma vez que algumas táticas de ação são percebidas como sinais de autonomia enquanto outras lembram clientelismo e manipulação. Tais classificações — um tanto maniqueístas — impedem uma análise mais fria dos conflitos internos ao movimento e também do modo como se combinam atuações diversas e aparentemente contraditórias.

Reconhecer os impasses e as estratégias específicas de cada luta é o único caminho para explicar as oscilações, retomadas e retiradas e, ainda, os novos discursos que nascem nesta dinâmica. Contando como vitórias os momentos de enfrentamento ou reconhecendo derrotas quando os movimentos não se ampliam e nem se generalizam, estaremos longe de contribuir para a compreensão destas formas novas de fazer política. Estaremos medindo sua atuação através de velhas unidades de medida.

É desnecessário multiplicar os exemplos para mostrar que a relação movimentos-Estado depende da conjuntura política (maior ou menor repressão, alianças políticas etc.), do tipo de reivindicação e das formas de organização e mobilização da população. O livro de Santos (1981) apresenta uma rica análise que descreve a dinâmica dos movimentos como um drama onde os mesmos personagens vão mudando suas posições e, portanto, vão-se configurando novos significados no decorrer da mesma luta. Chama também a atenção para a diversidade nas formas de relacionamento com diferentes agências do Estado e representantes da Igreja. Os

resultados estimulam a crítica à concepção que endossa a unidade subjacente a todos estes movimentos, filiando-os a uma mesma e mal definida classe popular.

Ao chamar a atenção para o processo de negociação com o Estado, estamos procurando o significado desta fragmentação das ações. Certamente é insuficiente reconhecê-la. É preciso procurar explicações para estes novos fenômenos e recuperar as novidades que introduzem na política contemporânea.

Não há dúvidas que estamos frente a novos atores, que dialogam direta e asperamente com o Estado, mas, para decifrar este diálogo, é preciso também um código novo. Se, por um lado, a sociedade contemporânea redescobriu modos de participação, por outro, o Estado ampliou e diversificou seu espaço de ação.

Os movimentos sociais expressam plenamente esta contemporaneidade e movem-se neste terreno dividido e incluso que é a sociedade de massa. Estaremos mais equipados para compreendê-los se reconhecermos seus diferentes modos de atuar, em vez de diluir as diferenças construindo um conceito que pretende atribuir uma mesma natureza a todos os movimentos sociais urbanos.

Ação comunitária: o traço comum dos movimentos sociais

Apesar da diversidade de objetivos e táticas utilizadas pelos movimentos urbanos, eles são freqüentemente apresentados como um ator político. Já vimos que a aproximação com a classe operária foi um recurso freqüente que permitiu justificar uma pretensa unidade destas manifestações. Mas, mesmo os autores avessos a esta aproximação consideram que existe "algo em comum" nestas formas de fazer política. E, não estão sozinhos nesta pressuposição pois, Peter Berger, em 1971, publicou um ensaio, que se chama "*Movement and revolution*" onde dedica um capítulo a definir o que ele chamou "*The movement*", que se caracteriza, antes de tudo, por ser um novo estado de espírito que domina os movimentos estudantis, o anti-racismo, o pacifismo etc. Para Berger, mudanças na cultura política fundamentam estas novas formas de participação.

Talvez seja esta mesma sensação que reaparece sempre que se sustenta a existência de uma unidade entre todas as manifestações de categorias sociais não reconhecidas como políticas. Existe, sem dúvida, uma base empírica para sustentar esta impressão de unidade.

Desde os anos 60, os grupos contestatórios enfatizam as experiências comuns impostas pela discriminação. Negros, mulheres, pacifistas ou homossexuais se agrupam contra as injustiças de que são vítimas, na medida em que tomam consciência delas. Os limites do grupo são dados por esta vivência comum, o que permite que se percebam como uma "comunidade".

Unidos pela experiência concreta da discriminação (ou da carência), os membros destes grupos se reconhecem como iguais e impõem regras de funcionamento que impedem o aparecimento de hierarquias, assim como de delegação de poderes. Não é difícil reconhecer estas características, tanto quando lembramos os movimentos libertários quanto quando observamos os movimentos populares. A democracia interna de pessoas iguais, é o traço de união entre estas comunidades de interesse.

Não cabe discutir se esta igualdade realmente existe. Ela é constantemente reproduzida por um discurso militante que acentua a consciência nascida da experiência e a homogeneidade de interesse entre os discriminados. A Igreja católica contribuiu enormemente para a difusão deste discurso e deste tipo de organização desde que a Teologia da Libertação fundamentou sua opção pelos pobres. Ao impulsionar a criação de Comunidades Eclesiais de Base, deu um passo decisivo na direção destas novas mobilizações, introduzindo o ideário da democracia participativa nos bairros populares. Atualmente muitas associações se auto-designam como "comunidades" e valorizam as ações coletivas e o espírito igualitário.

Se considerarmos este modo de funcionamento como característico do que chamamos movimentos sociais, compreenderemos porque associações bem diversas são incluídas neste mesmo rótulo.

Realmente, quando se faz referência a presença de manifestações populares autônomas na arena política, aparecem listadas desde as CEBs até as associações de bairro, passando por movimentos fluidos e diversos. Mas todos devem apresentar as virtudes da participação comunitária.

Como conseqüência, há uma grande imprecisão na definição do que é, e do que não é movimento social. Classifica-se mais pelas regras internas de funcionamento que pelo tipo de organização.

As associações de moradores, que devem se estruturar segundo modelos reconhecidos, são as vezes reconhecidas como expressões do espírito comunitário e, outras vezes, classificadas como resquícios do velho clientelismo.

Tradicionalmente, guardava-se a designação de "movimento" para as manifestações menos organizadas que se diferenciavam das associações por serem menos permanentes. Atualmente, esta distinção perdeu importância, sendo substituída pelo esforço de distinguir os grupos democráticos e autônomos dos cooptados.

Não importa agora formalizar os critérios que distinguem movimentos de associações ou grupos de pressão. Precisamos apenas explicitar como está sendo recortada a realidade que estudamos para caminharmos na compreensão destes aspectos novos da ação política.

Levando em conta as diferenças práticas que mostramos no item *Diversidades dos movimentos populares*, pág. 32 quanto ao modo de encaminhar reivindicações ao Estado, é possível construir um esquema que reconheça objetivos diversos e interlocutores específicos para cada tipo de associação. Aquelas que se dirigem a agências que prestam serviços públicos ou as atuam de modo difuso sobre o Estado (por exemplo: movimentos antinucleares) ou ainda as que promovem mudanças de valores culturais, atuam em níveis diversos e constituem, através de sua prática, diferentes interlocutores.

Partindo, portanto, das inovações que estes grupos produziram em seu modo de funcionar, podemos localizar melhor seus objetivos e compreender o fluxo e refluxo de suas ações. Tal procedimento permitiria reconhecer e analisar os conflitos internos das ditas "comunidades", que muitas vezes são apenas expressões de táticas diversas para chegar ao mesmo objetivo.

Muitas vezes, a ênfase na comunidade de interesse deixou obscuro o debate interno e as divergências são rotuladas de resistências ideológicas a serem superadas.

Se qualificarmos melhor o significado da "comunidade de interesses" poderemos também abrir espaço para analisar o papel dos apoios externos com que sempre contam estas associações. Já indicamos a presença da Igreja na expansão da organização popular. Mas também se fazem presentes alguns profissionais liberais identificados com os ideais comunitários, funcionários públicos que desejam promover a participação e, finalmente, partidos ou grupos políticos.

Estes personagens não aparecem nas descrições dos processos de mobilização, para enfatizar a autonomia popular. Mas, quando se procura explicar os reflexos das mobilizações, a falta de apoios institucionais ou os conflitos entre orientações partidárias, são sempre indicados como responsáveis.

Isto tudo mostra a necessidade de repensarmos o funcionamento destes grupos, considerando:

- a) as diferenças existentes entre as várias associações populares;
- b) função dos apoios externos à comunidade mobilizada;
- c) a noção de comunidade como uma construção ideológica que permite uma prática mas que não elimina a heterogeneidade dos membros que constituem quanto a filiações partidárias, sindicais, éticas etc.

Técnicas de investigação qualitativa e o estudo dos movimentos sociais

O tratamento dos movimentos sociais dentro das características que apresentamos foi, em grande parte, condicionado pelo modo como se desenvolveram as pesquisas neste campo.

Em quase todos os temas que despertaram interesse nos últimos anos (movimentos sociais, participação política, estudos de bairros periféricos, conjuntos habitacionais etc.), os cientistas sociais estão envolvidos em projetos que supõem a utilização de entrevistas longas e ampla convivência com os informantes. É uma espécie de volta ao significado em seu estado puro, ao discurso "real" que deve permitir descobrir novos sentidos não previstos pelas análises macroestruturais.

Porém, esta voga de novas técnicas de investigação e o interesse pelos atores sociais de carne e osso, não se fizeram acompanhar de uma crítica teórico-metodológica consistente. Respondiam a um mal-estar, a um desencanto com as generalizações apressadas e aos esquemas explicativos muito abstratos. Mas, a volta ao concreto se deu pelos caminhos já trilhados pela ciência positivista.

A crítica à ciência vigente acentuou sua pobreza técnica e seu distanciamento do real, apontando para a necessidade de renovar as formas de coleta de dados como um passo fundamental para enriquecer as interpretações. Este modo de ver o trabalho científico está bem perto da clássica formulação do empiricismo positivista: dados bem coletados devem falar por si mesmos.

Considero muito saudável a volta ao trabalho de campo e ao respeito dado pelo dado empírico mas, quero ressaltar o descompasso entre estas iniciativas e a assimilação da discussão sobre a natureza do conhecimento científico e o papel da subjetividade como instrumento de conhecimento.

A negação da "neutralidade" do pesquisador e o entusiasmo pela explicitação de seus compromissos com o grupo estudado não produziu uma crítica mais aprofundada sobre a natureza dos dados coletados nestas condições. Recuperamos a técnica de observação participante porém transformando-a no que Eunice Durham chamou de participação observante. De adjetiva, a participação se tornou substantiva, mas não produziu uma reflexão mais profunda sobre a relação do pesquisador com o seu objeto de pesquisa. Produzimos sim longas introduções e os numerosos artigos sobre a relação pesquisador-grupo pesquisado. Sentia-se a necessidade de elaborar intelectualmente esta relação justamente porque a concepção tradicional de neutralidade científica já não parecia útil. A defesa do engajamento político e a demonstração de que o conhecimento não pode se libertar de uma certa dose de ideologia, colocou, quase como uma exigência, a definição do pesquisador como um aliado dos grupos e minorias discriminadas e que também foram priorizadas como objeto de estudo. Entretanto, esta intensificação da participação foi justificada por razões políticas e não pensada como instrumento do conhecimento.

Isto reduz a pesquisa à denúncia e transforma o pesquisador em porta-voz do grupo. E, como consequência, elimina um dos passos importantes da pesquisa participante que é o estranhamento como forma de compreender o outro.

Este ponto é importante porque o resgate da subjetividade como instrumento de trabalho não deve ser justificativa para a indefinição dos limites entre ciência e ideologia e, portanto, não devem servir de desculpa para repor a velha oposição entre verdade e mistificação.

A prática de pesquisa que procura este tipo de contato precisa valorizar a observação tanto quanto a participação. Se a Última é condição necessária para um contato onde afeto e razão se completam, a primeira fornece a medida das coisas. Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação. Este modo de trabalhar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar. Para conseguir esta façanha, sem se perder, entretanto pela psicanálise amadorística, é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos: o do observador e o do entrevistado.

Compartilhar objetivos políticos com aqueles que entrevistarmos pode ser uma vantagem para o processo de conhecimento, mas não deve tornar o pesquisador um "usuário" da visão do mundo que pretende estudar. Nesta condição, ele não poderá registrar as incoerências, os descompassos e as informações contraditórias que aparecem organizadas nos sistemas de explicação oferecidos pelos entrevistados.

Quando os antropólogos se dedicam ao estudo de grupos com os quais não tem identificação, estas questões se colocam com toda força. Crapanzano, que estudou os brancos sul-africanos, na introdução de seu livro (Crapanzano, 1986) chama a atenção para as "racionalizações" presentes no discurso desta, minoria dominante e procura, através das contradições e cacofonias, encontrar as categorias que organizam e dão consistência, a esta faixa, elemento essencial da dominação que exercem.

Estudando as classes populares, os desafios ideológicos são menores e um certo conformismo com as "explicações" correntes diminui o interesse por decodificar os sistemas simbólicos.

Esta mesma inércia fez com que não se colocassem questões relativas ao processo de coleta de material de campo.

Este processo não é apenas um momento de acumulação de informações mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas. Nestas investigações, o pesquisador é o elo necessário entre a análise e a produção da informação. O lugar da subjetividade terra sido discutido dentro de orientações teóricas não positivistas que procuram analisar esta cadeia de contatos que permite acumular dados. Não se trata do subjetivismo descontrolado invadindo o campo da reflexão relacional, mas sim da natureza intersubjetiva da relação entre o pesquisador e seu informante. Uma entrevista, enquanto está sendo realizada, é uma forma de comunicação entre duas pessoas que estão procurando entendimento. Ambas aprendem, se aborrecem, se divertem e o discurso é modulado por tudo isto.

O artigo de Mintz, "Encontrando Taso, me descobrindo" (Mintz, 1984), como o título indica, descreve esta relação com grande respeito. Contra seus críticos positivistas, Mintz afirma a importância da amizade para a história de vida de Taso. E, esta amizade não se interpôs entre eles como um véu que impede a visão da "verdade" ou da "realidade". Pelo contrário, foi a convivência e a afetividade que permitiu chegar mais perto e mais fundo nos significados desconhecidos para ambos. Nesta relação o pesquisador se envolve completamente e por isso seus valores ou sua visão de mundo deixam de ser obstáculos e passam a ser condição para compreender as diferenças e superar o etnocentrismo. Em geral, apesar de que "as técnicas de metodologia qualitativa marcam uma ruptura decisiva com as técnicas quantitativas, o modo pelo qual são utilizadas supõem um compromisso secreto com o positivismo para manter o sujeito, finalmente, como um objetivo. Atrás de toda preocupação com as técnicas e com a confiabilidade dos dados, está a crença... de que o objeto da pesquisa existe em um mundo externo" (Willis, 1976, p. 137).

E ainda Willis, o autor do texto acima, quem continua esta discussão chamando a atenção para a "insistente e quase neurótica preocupação técnica com a diferenciação entre a observação participante, o relato jornalístico ou a Arte". Diz ele: "o romance pode mergulhar na subjetividade — é assim que cria cor e atmosfera — mas como teremos certeza de que o autor não inventou tudo? Sem dúvida, de certa maneira ele inventou! Se podemos acreditar na Arte é porque ela revela um aspecto da imaginação que também faz parte de muitas realidades sociais. Neste caso, nosso objetivo deve ser a busca de objetos unificados que podemos esperar que se apresentem como o mesmo para muitas pessoas" (Willis, 1976, p. 137).

Analisar os estudos sobre movimentos sociais de modo global, como tentamos fazer aqui, é tarefa difícil e o resultado é sempre esquemático e um pouco impreciso. Apesar disto, este esforço parece útil neste momento em que afloram novas questões e se redefinem perspectivas para o estudo da participação política.

Os processos de redemocratização, iniciados em vários países da América Latina, colocam desafios estimulantes para nossa prática intelectual e para a ação política. Este contexto, favorável para iniciarmos uma discussão sobre as novas formas de fazer política fornece a oportunidade para avançarmos em questões metodológicas fundamentais para o desenvolvimento da investigação.

Bibliografia

- BERGER AND NEUMAN. *Movement and revolution*. 1971.
- BOAS, F. *Questiones de antropologia cultural*. Buenos Aires, Santaro, 1949.
- CASTELLS, M. *Les luttes urbaines*. Paris, François Maspero, 1975
- _____. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- _____. *The city and the grassroots*. London, Edward Arnold, 1983.
- COLLIER, D. *Squatters and oligarchs*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1976
- DURHAM, E. "Movimentos sociais, a construção da cidadania". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n° 10, out. 1984.
- GOHN, M. G. *A força da periferia: a luta das mulheres por creche em São Paulo*, Petrópolis, Vozes, 1985.
- JACOBI, P. "Movimentos urbanos no Brasil". *BIB*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n° 9.
- _____. *Políticas públicas de saneamento básico e saúde — reivindicações sociais no município de São Paulo*. Dissertação de doutorado, FFLCH/USP, 1985.
- LOJKINE. *Le marxisme, l'etat et la question urbaine*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.
- MINTZ, S. "Encontrando Taso, me descobrindo". *Revista Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 27, 1984.
- SANTOS, C.N.F. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- TOURAINÉ, A. "A intervenção sociológica". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, vol. 1, n° 3, jul. 1982.
- WILLIS, P.E. "The man in the iron cage: notes on method". *Working papers in cultural studies*, Birmigham, vol. 9, Center for Contemporary Cultural Studies, University of Birmigham, 1976.

Texto recebido para publicação em janeiro de 1987 na Revista Brasileira de Ciências Sociais.
Disponível em www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_02.htm